



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATOS E COMPRAS–
CPCC

ENQUADRAMENTO/CPCC/2025

PROCESSO. N.º 00600-0027696/2025-18 e

OBJETO: Aquisição de materiais de Expediente, destinados a atender as necessidades dos setores administrativos e legislativos da Câmara Municipal de Porto Velho, visando a garantir a continuidade e a eficiência das atividades institucionais, conforme levantamento de mercado, estimativas de consumo e estudo de viabilidade técnica e econômica constantes no ETP nº 07/2025, e-Doc 563B1969.

VALOR ESTIMADO : R\$ 54.575,00 (cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais).

Aportou nesta **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATO E COMPRAS – CPCC** os autos supram para fins de enquadramento da modalidade licitatória em face do exposto no Despacho e Doc [A6666A01-e](#) Preliminarmente, ressaltamos que esta Comissão, por atribuição, ater-se-á somente aos aspectos meramente administrativos constantes nos autos, fundamentados na Resolução nº 02/CMPV-2024, Lei Geral de Licitações e Contratos (LGL – LF nº 14.133/21, a fim de assessorar, orientar o Ordenador da Despesa sob o prisma estritamente legal (atividade meio), não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos quanto às compras e contratos públicos pretendidos.

Isto posto, segue a análise.

Os Autos almejando procedimento licitatório foram instaurados com a abertura de processo devidamente motivado, autuado, contendo indicação de previsão orçamentaria do recurso próprio para a despesa conforme e DOC [399BD137-e](#) [74516271-e](#) [9EFF38E3-e](#) [563B1969-e](#) [2F8BBE63-e](#), exigido pelo Lei Geral de Licitações e Contratos (LGL – LF nº 14.133/21. O objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplência, com fixação de prazos para fornecimento, foram devidamente previstas no seu Termo de Referência e anexos DOC [85BDD458-e](#) .

A Divisão de Compras e Instruções Processuais – DCIP, por seu chefe Derlon Diogenes Marim, DOC [D6D7B222-e](#) e seus anexo, bem como certificou que os preços para contratação, é conforme solicitação DOC [729A9A28-e](#) e estão compatíveis com aqueles praticados conforme publicação no portal da Câmara via recebimento de Proposta através e-mail compras@portovelho.ro.leg.br .

Considerando, a previsão da existência do valor estimado, bem como a indicação conforme recursos no DOC [399BD137-e](#) pela Divisão de Orçamento, para o pretenso contrato do mencionado objeto.

De acordo com o DOC [399BD137-e](#) fica estimado para o pretenso contrato o valor de **R\$ 54.575,00 (cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais).**



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATOS E COMPRAS–
CPCC

1. Em se tratando de uma contratação por Registro de Preço – SRP e de Acordo com a **RESOLUÇÃO DA MESA , que dispõe sobre a aplicabilidade da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:**

Art. 36

Em âmbito do Poder Legislativo de Porto Velho e permitido a adoção do sistema de registro de preço opara contratação de bens e serviço comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a doação do sistema de registro de preço para contratação de obras de engenharia bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art 37

As licitações processadas pelo sistema de registro de preço poderão ser adotada nas modalidades de licitações Pregão ou Concorrência.

Nesse cenário estão inseridas as **contratações diretas em razão do baixo valor**, aquelas cujos valores devem ser inferiores aos previstos no art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021 (atualizados pelo [Decreto nº 12.343/2024](#), os quais autorizam a dispensa de licitação que entra em vigor em janeiro de 2025:

- contratação que envolva valores **inferiores a R\$ 125.451,15, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;** e
- para contratação que envolva valores **inferiores a R\$ 62.725,59, no caso de outros serviços e compras.**

Para efeitos do fluxo procedimental ora disponibilizado, também serão consideradas contratações diretas em razão do baixo valor, as inexigibilidades de licitação (art. 74), cujos valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, observada a natureza da contratação.

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATOS E COMPRAS–
CPCC

*§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:*

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

2. Os demais procedimentos de Legalidade e Conformidade do Ato (Parecer Jurídico e da Controladoria Geral, respectivamente) deverão ser apreciados como ferramentas complementares de transparência nos atos e gastos públicos.

3. Em síntese, opinamos s.m.j. pela pretensa aquisição do mencionado objeto em decorrência do objeto comum e valor, na modalidade de dispensa licitação, Lei Geral de Licitações e Contratos (LGL – LF nº 14.133/21, Lei Complementar 123/2006).

4. Contudo, cabe unicamente ao Ordenador da Despesa deliberar quanto à autorização (ou não) na modalidade no enquadramento nos termos das mencionadas normas.

Porto Velho/RO, 15 de Setembro de 2025.

ENQUADRAMENTO (Lei nº14.133/21)	
<input type="checkbox"/> DISPENSA DE LICITAÇÃO <input type="checkbox"/> PREGÃO ELETRÔNICO <input type="checkbox"/> CONCURSO <input type="checkbox"/> LEILÃO <input type="checkbox"/> DIALOGO COMPETITIVO	<input type="checkbox"/> INEXIGIBILIDADE <input type="checkbox"/> CONCORRÊNCIA <input type="checkbox"/> EMERGENCIAL
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (DECRETO Nº 02/21)	
<input type="checkbox"/> REGISTRAR PREÇOS POR 12 MESES. <input type="checkbox"/> NÃO REGISTRAR PREÇOS.	
AUTORIZAÇÃO DA DESPESA	O PROSSEGUIMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE ESCOLHIDA , com base nos poderes a mim conferidos no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021 e Art. 23, “f” do Regimento Interno desta Casa de Leis Municipal:
[X]AUTORIZO [] NÃO AUTORIZO	
JOSE CELZIMARIO G. NAPOLIÃO Agente de Contratação Matrícula 28045 EVANDRO VIEIRA DA SILVA Assistente Técnico em Licitação Matrícula 108523	
FRANCISCO GILDEAO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS Presidente – CMPV	



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATOS E COMPRAS—
CPCC



Assinado por **Evandro Vieira Da Silva** - Assessor Técnico de Licitações - Em: 15/09/2025, 09:37:57



Assinado por **Jose Celzimario Gomes Napoliao** - Assistente Administrativo - Em: 15/09/2025, 09:37:07